



Poder Judiciário

*Conselho Nacional de Justiça*

**PORTARIA Nº 152, DE 26 DE MAIO DE 2021.**

**O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)**, no uso de suas atribuições e com base no inciso III e parágrafo único do art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000,

**RESOLVE:**

Art. 1º Tornar público, nos termos dos anexos a esta Portaria:

I – o Relatório de Gestão Fiscal referente ao primeiro quadrimestre de 2021; e

II – o Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal, conforme determinação do Acórdão nº 553/2017-TCU-Plenário.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Assinatura manuscrita em azul do Ministro Luiz Fux.

**Ministro LUIZ FUX**

**Tabela 1.2- Demonstrativo da Despesa com Pessoal-União**

<UNIÃO>-<PODER JUDICIÁRIO>  
 CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 PERÍODO DE REFERÊNCIA: MAI/2020- ABR/2021

RGF-ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS <sup>1</sup> (b)
	LIQUIDADAS														
	MAI/2020	JUN/2020	JUL/2020	AGO/2020	SET/2020	OUT/2020	NOV/2020	DEZ/2020	JAN/2021	FEV/2021	MAR/2021	ABR/2021	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)		
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>6.265.860,84</b>	<b>6.478.690,81</b>	<b>6.267.073,73</b>	<b>6.550.314,69</b>	<b>6.793.510,06</b>	<b>6.611.732,12</b>	<b>6.465.210,20</b>	<b>10.551.101,57</b>	<b>8.972.693,16</b>	<b>6.441.767,11</b>	<b>6.510.889,31</b>	<b>6.478.282,58</b>	<b>84.387.126,18</b>	<b>634.499,51</b>	
<b>Pessoal Ativo</b>	<b>6.265.860,84</b>	<b>6.478.690,81</b>	<b>6.267.073,73</b>	<b>6.550.314,69</b>	<b>6.793.510,06</b>	<b>6.611.732,12</b>	<b>6.465.210,20</b>	<b>10.551.101,57</b>	<b>8.972.693,16</b>	<b>6.435.486,17</b>	<b>6.507.902,61</b>	<b>6.475.295,88</b>	<b>84.374.871,84</b>	<b>634.499,51</b>	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	5.361.654,42	5.573.523,65	5.359.057,78	5.643.357,84	5.888.028,01	5.692.629,43	5.543.550,25	8.717.430,48	8.045.997,15	5.514.319,79	5.594.358,06	5.555.534,87	72.489.441,73	632.059,87	
Obrigações Patronais	904.206,42	905.167,16	908.015,95	906.956,85	905.482,05	919.102,69	921.659,95	1.833.671,09	926.696,01	921.166,38	913.544,55	919.761,01	11.885.430,11	2.439,64	
<b>Pessoal Inativo e Pensionistas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6.280,94</b>	<b>2.986,70</b>	<b>2.986,70</b>	<b>12.254,34</b>		
Aposentadorias, Reserva e Reformas															
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.280,94	2.986,70	2.986,70	12.254,34		
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)															
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente															
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>470.497,10</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>95.885,15</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>566.382,25</b>	<b>0,00</b>	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária															
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração															
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração															
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados															
<b>DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>6.265.860,84</b>	<b>6.478.690,81</b>	<b>6.267.073,73</b>	<b>6.550.314,69</b>	<b>6.323.012,96</b>	<b>6.611.732,12</b>	<b>6.465.210,20</b>	<b>10.551.101,57</b>	<b>8.876.808,01</b>	<b>6.441.767,11</b>	<b>6.510.889,31</b>	<b>6.478.282,58</b>	<b>83.820.743,93</b>	<b>634.499,51</b>	
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>								<b>VALOR</b>				<b>% SOBRE A RCL</b>			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)								763.023.604.000,00				-			
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)								84.455.243,44				0,011068%			
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)								129.714.012,68				0,017000%			
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)								123.228.312,05				0,016150%			
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)								116.742.611,41				0,015300%			

FONTE: Sistema Tesouro Gerencial e Resolução CNJ 177/2013, Unidade Responsável Seção de Contabilidade - Secretaria de Orçamento e Finanças, Data da emissão 24/05/2020 e hora de emissão 13h00.

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos. Até o primeiro quadrimestre, houve cancelamento de R\$ 84.102,21 do total dos restos a pagar não processado inscrito em 31 de dezembro de 2020, a saber, R\$ 718.601,72.

NOTA 1: O limite máximo da despesa com pessoal é estabelecido pelo art. 20, inciso I, alínea "b", da Lei Complementar nº 101/2000 para o Poder Judiciário Federal. A Resolução CNJ nº 177/2013 distribui o valor máximo de 6% entre os órgãos integrantes do Poder Judiciário Federal. Ao CNJ coube o limite máximo de 0,017000%, o limite prudencial de 0,016150% e o limite de alerta de 0,015300%.

**Wernne Pereira e Silva**  
 Secretário de Orçamento e Finanças

**Anderson Rubens de Oliveira Couto**  
 Secretário de Controle Interno para Secretário de Auditoria

**Johannes Eck**  
 Diretor-Geral